

A Produção do Biodiesel e o Mercado de Créditos de Carbono: Ganhos Financeiros Adicionais Protegendo o Meio Ambiente.

Silva, Wilson Sotero Dália da. Mestre em Engenharia Mecânica. Professor da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco-UPE. Rua Benfica,455 – Madalena – Recife/PE. wsotero@gmail.com; Dália, Djan Correia Sotero. Engenheiro de Produção. UNILEVER. BR 101 Norte, km 43,6 - Cruz de Rebouças-Igarassú /PE, djandalia@hotmail.com.

Resumo

Este trabalho propõe mapear os ganhos financeiros adicionais, como oportunidades associadas à produção de biodiesel, relacionados ao mercado dos créditos de carbono derivados da implantação das metas de reduções de emissões causadoras do efeito estufa, reguladas pelo Protocolo de Kyoto.

Palavras-chave: Biodiesel, Créditos de Carbono, Kyoto.

1. Introdução

Ter produtos com qualidade não mais se constitui em condição mínima, para competir no mercado global. O sucesso também está atrelado às boas práticas ambientais. A responsabilidade com a proteção ao meio ambiente, faz parte de uma nova cultura que tem provocado fortes mudanças no ambiente corporativo nos últimos anos. Um dos maiores desafios colocados, para as atuais gerações, é o de como promover o crescimento e desenvolvimento econômico, sem destruir ainda mais o meio ambiente.

As alterações climáticas têm sido consideradas como uma das mais importantes ameaças à sustentabilidade do meio ambiente, refletindo-se diretamente na saúde e bem-estar da humanidade e na economia global. Existe a comprovação científica e o consenso da maioria dos povos, de que o clima do nosso planeta vem sendo afetado progressivamente pelo acúmulo de gases geradores do efeito estufa, decorrente da atividade humana, como o dióxido de carbono (CO₂), e que ações preventivas devem ser tomadas imediatamente.

2. Metodologia de pesquisa

Este trabalho seguiu a linha de uma pesquisa exploratória. Foi elaborada uma pesquisa bibliográfica, a partir de material publicado acessível ao público de um modo geral. Segundo Vergara (2004), este método tem como vantagem, possibilitar ao pesquisador a utilização de um estudo sistematizado.

3. Desenvolvimento

A resposta dos povos às alterações climáticas tomou maior dimensão, no contexto da Organização das Nações Unidas (ONU), com a adesão de 186 países que formularam a Convenção do Clima, uma proposta de ação para a estabilização da evolução das emissões dos gases geradores do efeito estufa. Em 1995, os países signatários da Convenção reuniram-se para a realização da Conferência das Partes (COP). No Japão, na cidade de Kyoto, em Dezembro de 1997, uma nova reunião da COP, promoveu a adesão dos países a um protocolo denominado como Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto estabeleceu um compromisso de redução de emissões totais dos gases geradores do efeito estufa, com metas que variam de país a país, a ser cumprida entre os anos de 2008 e 2012, para níveis inferiores em, pelo menos, 5% dos praticados em 1990 (CEBDS, 2002)

Pelas regras do tratado, 30 países na fase inicial comprometem-se a reduzir 5,5 bilhões de toneladas de emissões de CO₂, considerado como o principal gás causador do efeito estufa (INFORMATIVO INTERAÇÃO, 2005).

A iniciativa privada tem dado passos largos, para o instrumentalismo com mais rapidez das negociações com os créditos de carbono. Como exemplo, a formação da *Chicago Climate Exchange* (CCX) que é uma bolsa, mantida em fase piloto até 2006, visando facilitar a gestão do primeiro mercado multinacional, envolvendo emissões geradas de plantas industriais dos Estados Unidos, Canadá e México, assim como de projetos de redução de emissões do Brasil. A União Europeia formatou a *European Union Emissions Trading Scheme* (EU ETS), para as negociações de emissões de seus membros (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2004)

A evolução do preço médio por tonelada de carbono negociada pela CCX saiu do patamar de 85 centavos de dólares em 2004, para 4 dólares em 2007. Na União Europeia as cotações já atingiram 20 euros por tonelada em 2007. A Bolsa do Clima de Chicago registrou um incremento no volume de suas negociações, da ordem de 5 milhões de dólares em 2005 para 30 milhões de dólares em 2007 (MANO; GONÇALVES, 2007)

A utilização do biodiesel no transporte rodoviário e urbano favorece a proteção ao meio ambiente. As reduções de emissões obtidas com o uso do biodiesel puro (B100), em relação ao diesel mineral, com dados obtidos do Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído por Decreto Presidencial em 02 de Julho de 2003, formado para apresentar estudo sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal como fonte alternativa de energia, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, são demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1: Redução das emissões do biodiesel comparadas às do diesel mineral

TIPO DE EMISSÃO	B 100
Emissões de hidrocarbonetos	- 37%
CO ₂	- 78,45%
Material particulado	- 32%
SO _x	- 100%

Fonte: (GTI-RELATÓRIO FINAL-ANEXOII, 2003)

4. Conclusões

O Brasil é um forte atrativo de investimentos dentro do contexto do Protocolo de Kyoto, pela diversidade de oportunidades que oferece para a produção de biodiesel, tais como a geração de energia elétrica renovável, modificações de combustíveis nos meios de transportes e mudanças em processos produtivos industriais.

Países como o Brasil, não desobrigados de metas de redução de gases de efeito estufa, reguladas pelo Protocolo de Kyoto, pode beneficiar-se largamente com a implantação de projetos que não estejam voltados somente para a preservação do meio ambiente, como, também para gerar receitas adicionais através da venda de créditos de carbono, gerados por esses projetos, para países obrigados a reduzirem suas próprias emissões.

5. Referências Bibliográficas

BONS negócios para o Brasil. *Informativo Interação*. Publicação mensal editada pela Unidade de Comunicação Social do Sistema Indústria. Brasília, n.156, mar, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Fundação Getúlio Vargas (FGV). *Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões*. Rio de Janeiro, 04 jan, 2004.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Grupo de Trabalho Interministerial – GTI. *Relatório Final – Anexo II*. Brasília: imprensa oficial, 2003. 32 p.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). *Roteiro básico para elaboração de um projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo – MDL (2002)*. Homepage. Disponível em : <<http://www.cebds.org.br/cebds/>>. Acesso em : 22 jul. 2005.

MANO, Cristiane; GONÇALVES J. A. A bolsa que vende ar. *Revista Exame*. São Paulo, ed. 897, n. 13, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 5.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.